

Resenha

Economia e natureza humana*

Luiz Augusto Estrella Faria**

Economista da Fundação de Economia e
Estatística (FEE) e Professor da
Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS)

Um dos mais importantes e, possivelmente, o mais original dos historiadores econômicos do século XX, o húngaro Karl Polanyi (1886-1964), teve uma coletânea de parte de sua obra seminal publicada, recentemente, no Brasil, em um volume organizado por sua filha, Kari Polanyi Levitt. O tomo reúne, numa primeira parte, a obra-título, um conjunto de trabalhos dividido em 10 capítulos, que foram organizados por um esforço de compilação realizado por Harry H. Pearson após a morte do autor. Na sequência, uma segunda parte é composta por seis ensaios elaborados em diversas oportunidades, mas abordando o mesmo tema central. Todos os textos foram escritos entre o final dos anos 40 e o início dos anos 60, portanto, após a divulgação de sua obra mais conhecida, **A Grande Transformação** (Polanyi, 2000). O livro conta ainda com uma **Introdução** de Michele Cangiani sobre a importância do trabalho de Polanyi no desenvolvimento do institucionalismo, fazendo uma ponte com o debate contemporâneo bastante vivo em torno dessa importante corrente.

O volume ora publicado em português é representativo da maturidade da linha de pesquisa desenvolvida por Polanyi, principalmente no período de sua vida em que lecionou nos Estados Unidos, país que o acolheu, assim como muitos outros intelectuais do Leste Europeu refugiados do nazismo. Seu trabalho buscou, a partir da crítica do que chamou “falácia economicista”, uma aproximação com a Antropologia e com outras ciências sociais, no sentido de propor uma interpretação do lugar do econômico na história. Seu ponto de partida é uma compreensão da natureza humana em tudo diversa do fantasioso *homo oeconomicus*, um devaneio a supor todo o

* Resenha do livro **A Subsistência do Homem: e outros ensaios correlatos** (Polanyi, 2012).

Artigo recebido em out. 2013 e aceito para publicação em out. 2013.

** E-mail: faria@fee.tche.br

comportamento humano como sendo dirigido por uma racionalidade utilitarista, que foi adotado por uma tradição de economistas iniciada por Adam Smith e radicalizada ao extremo com o surgimento do marginalismo e de seu conceito mecanicista de equilíbrio geral.

O esforço de Polanyi construiu uma crítica à História Econômica tal como formulada na tradição neoclássica e teve início com a pergunta de por que a sucessão de catástrofes iniciada com a Primeira Guerra Mundial e continuada na Grande Depressão e na Segunda Guerra Mundial marcou o término não apenas de uma determinada ordem internacional. Mais que isso, esse período turbulento levou ao fim um padrão civilizatório ou de sociabilidade, o liberalismo econômico, instituído, primeiramente, na Inglaterra e que alcançara dominar todo o mundo ocidental desde meados do século XIX. Corolário desse questionamento, foi buscar compreender por que, na perspectiva da longa duração da história humana, sua existência foi tão efêmera. A tese, demonstrada, primeiramente, num ponto de vista histórico, em **A Grande Transformação** e retomada, sob um prisma ontológico, na obra em pauta, diz não ser possível a nenhuma sociedade humana sobreviver organizada sob o princípio do mercado autorregulável, o qual funcionaria como um “moinho satânico” a triturar a possibilidade de convivência entre as pessoas.

Os ensaios reunidos nesse novel volume tratam de mostrar, através de sua gênese lógica e antropológica, a formação das instituições que, ao longo da evolução social, foram estabelecendo os diferentes padrões em que se configurou, em cada era e em cada lugar, o modo de suprir a subsistência do homem. A produção e sua distribuição, a troca, o mercado, a moeda, as diversas maneiras de organizar o trabalho e assim por diante foram sendo constituídos como forma de assegurar a sobrevivência continuada das coletividades humanas e de cada um de seus membros individualmente, independentemente de seu *status* ou posição na hierarquia social. Em todas as sociedades descritas pela Arqueologia Social nos trabalhos de Malinowski e Thurnwald, os mais referidos dentre muitos outros, o desamparo, a fome e a morte só são aceitos como destino dos que são de fora, os estrangeiros e membros de sociedades rivais. Há, no entanto, uma exceção: o capitalismo, a sociedade de mercado autorregulado. Essa forma de sociabilidade engendrada na decadência do feudalismo europeu subsumiu, de forma abrupta, o conjunto das relações econômicas. No que o autor chama de salto qualitativo, entre 1834 e 1846, na Inglaterra, o arranjo institucional que garantia por milênios a subsistência coletiva foi subvertido com a instituição da Lei dos Pobres, da Lei dos Bancos, da Lei dos Cereais e da reforma da legislação fundiária. A lógica que garantia a sobrevivência da coletividade, tanto nas sociedades originárias como nas mais desenvolvi-

das, foi transformada em seu contrário. Desde então, o engajamento na atividade econômica não mais seguiu a vontade solidária de contribuir para a subsistência da sociedade, mas passou a ser regido por duas motivações: o medo da fome e a busca egoísta do ganho.

Autor que é uma espécie de sombra ou espelho para a obra de Polanyi, embora tenha sido por este, muitas vezes, criticado e colocado no rol dos economicistas,¹ Marx² aponta a luta de classes que resultou na despossessão dos produtores diretos como o mecanismo da gênese dessas transformações institucionais. O processo de centralização da propriedade dos meios de produção, que passaram a ser monopolizados pela nova classe dominante, os capitalistas, criou a forma assalariada de trabalho, norma do novo modo de produção. Alienados dos meios de suprir sua subsistência, os que podiam tornar-se trabalhadores passaram a vender essa capacidade no mercado, para fugir da fome, enquanto os proprietários se serviam de sua condição privilegiada para buscar ganhos infinitamente crescentes, dando partida à irracionalidade da acumulação ilimitada.

Diferentemente de Marx, que falava em transição de modos de produção, Polanyi descreve o surgimento do capitalismo como um processo de desenraizamento do econômico em relação à sociedade.³ Ele mostrou como, ao longo de quase a totalidade dos milênios de história humana, o sistema econômico esteve enraizado na sociedade. Na análise dessa economia enraizada, dois padrões de organização da produção e distribuição dos meios de subsistência foram por ele identificados. No primeiro, correspondente às sociedades menos complexas e menos numerosas, aquelas que hoje são nomeadas de originárias ou tradicionais, a atividade econômica é regida pelo princípio da reciprocidade e organiza-se na forma da simetria. Os diferentes agrupamentos da sociedade dividem atividades e compromissos equivalentes, no sentido de proverem a subsistência de um e de todos. A distribuição do produto da atividade econômica dá-se, eventualmente, por um mecanismo de troca, mas, de forma geral, são outras instituições — tradições, costumes e normas — que definem quem faz o que e quem dá ou recebe o que.

¹ Na verdade, a crítica mais dura de Polanyi foi endereçada aos marxistas, em sua época, dominados pela interpretação soviética da obra de Marx, esta, sim, economicista e mecanicista.

² Ver, a respeito, o interessante trabalho de Liria e Alegre Zahonero (2012) e também Faria (2004, 2007).

³ Outro autor que, em muitos aspectos, dialoga com a obra de Karl Polanyi é Fernand Braudel. Quando descreveu o surgimento do capitalismo como um encontro entre dinheiro e poder, a partir do qual os donos do dinheiro passaram a usar o Estado e utilizar o mercado para adquirirem mais poder e mais dinheiro, Braudel (1985) estava falando do mesmo processo ao qual Polanyi nomeou como desenraizamento.

Já o segundo tipo, surgido com o advento das civilizações após a invenção da agricultura, corresponde a sociedades com um nível de organização bem mais complexo, o que inclui, necessariamente, o estabelecimento de canais de circulação da produção em direção a um centro e, posteriormente, seu escoamento a partir desse centro até alcançar as necessidades das pessoas. O princípio organizador da atividade econômica é o da redistribuição e implica, obrigatoriamente, um elevado grau de centralidade, que organiza os fluxos de distribuição e estabelece metas para a produção. É o modelo que surgiu nas sociedades às quais, em geral, usou-se chamar de impérios, como o dos Maias e o dos Incas aqui nas Américas, mas que também foi o princípio organizador dos pequenos reinos europeus.

Como foi possível que as sociedades europeias abandonassem a “paz” de seus feudos e a segurança de suas instituições que garantiam a proteção a todos os seus membros? Aqui Polanyi traz a política para o centro de sua análise. Foi o Estado o agente que tomou a iniciativa de mudar as instituições do econômico, para, assim, permitir seu desenraizamento. É ocioso dizer que a mudança perpetrada o foi em razão de uma nova classe, a burguesia capitalista, ter galgado posição de poder e passado a propor uma nova direção para as políticas públicas. O centro dessa grande transformação foi a criação, pelo Estado, do que chamou as “mercadorias fictícias”: trabalho, terra e dinheiro. Fictícias porque não são produzidas, pois a terra é a natureza, o trabalho é o engenho humano, e o dinheiro é uma convenção; mas são mercadorias porque passaram a ser vendidas em ambientes específicos, dentro de novas regras impostas pelo poder incumbente.

Uma quarta instituição teve seu conteúdo também radicalmente mudado, o mercado. De um lugar para o ato cerimonial e regulado das trocas, com seus ritos e costumes rígidos, incluindo os preços eventualmente utilizados junto com as moedas, passou a ser um espaço institucional para a barganha autorregulada, espaço para as oportunidades de ganho em sua nova forma capitalista. Toda a segurança que envolvia o costume da troca desapareceu sob o novo princípio da concorrência em busca do lucro máximo e seu corolário, a incerteza radical. Como lembraram Marx e Braudel, seu resultado vem sendo a exclusão dos perdedores e a formação do monopólio, tudo em oposição à quimera neoclássica do equilíbrio e sempre com o imprescindível apoio do Estado, para levar adiante o processo de centralização e concentração. Em suas palavras, “[...] o padrão antes inofensivo do mercado expandiu-se numa monstruosidade sociológica” (Polanyi, 2012, p. 218).

Para Polanyi, essa transformação não teve nada de natural ou gradativa, foi um choque violento, iniciado com a ascensão da burguesia a posições de poder. Essa nova classe de mercadores e financistas foi galgando

postos na sociedade, na medida em que alcançava controlar as mercadorias mais cobiçadas com seus monopólios mercantis e o crédito através do comando da oferta de dinheiro por seus bancos. Em nada se assemelha aos comerciantes da antiguidade europeia ou de outras civilizações, que foram, historicamente, classes subalternas, cujos rendimentos de sua atividade eram modestos e sempre controlados pela classe dominante. A criminalização da usura e da cobiça é uma regra quase universal das sociedades humanas; apenas sob a ideologia liberal utilitarista do capitalismo, tais práticas antissociais foram transformadas em virtude.

O econômico, desenraizado da sociedade, é agora quem submete a mesma sociedade à sua lógica competitiva. Mas Polanyi adverte: o mercado autorregulado não passa de uma utopia, nenhuma sociedade sobrevive regida pelo princípio da concorrência. O princípio coesivo da vida em comunidade dos humanos é a cooperação solidária. A competição é com os de fora, as sociedades rivais. E foi por essa razão que, após as catástrofes das primeiras décadas do século XX, as forças que se opunham ao mercado foram conseguindo obrigar os governos a criarem novos mecanismos de proteção e de regulação, controlando a atividade econômica. A referência é não apenas ao New Deal norte-americano, ao keynesianismo ou à social-democracia europeia, mas também ao lado negro do antiliberalismo, o nazismo e o stalinismo.

À luz dessas ideias, o que pensar da tentativa de restauração do liberalismo e da autorregulação dos mercados do período atual, mais uma vez imposta pelo Estado desde a ascensão dos Governos Reagan e Thatcher nos dois polos centrais do capitalismo mundial, em 1979 e 1981? Seu fracasso e a crise terminal iniciada em 2008 não só reafirmam essa característica de utopia irrealizável, além de sombria, como mostram que, dessa vez, a repetição da história se deu como farsa. A tragédia de uma crise social planetária a exemplo dos anos 30 foi evitada pela existência de instituições de seguridade social, que não só persistiram, a exemplo da Europa do Norte, como foram ampliadas em outros continentes, caso da América Latina e da Ásia. E ali onde houve um retrocesso dessas formas de proteção, EUA e Europa do Sul, a situação da maioria da sociedade degradou-se no rastro do empobrecimento e do retorno da miséria.

Referências

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FARIA, L. A. E. **A chave do tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FARIA, L. A. E. Olhares sobre o capitalismo: estruturas, instituições e indivíduos na economia política. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28 n. 2, p. 325-352, 2007.

LIRIA, C. F.; ALEGRE ZAHONERO, L. Marx y Polanyi: la posibilidad de un diálogo. **AREAS**: Revista Internacional de Ciencias Sociales, Murcia, n. 31, p. 55-64, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K. **A subsistência do homem**: e outros ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384p.